

ANÁLISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA SOB A LUZ DO SISTEMA ELEITORAL E SISTEMA DE GOVERNO

Leonardo da Silva Pimenta (ADESG AM – CEPE 2018)

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo fazer uma análise da democracia brasileira através dos sistemas eleitorais e de governo, identificando fragilidades e propondo ações para alavancar o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Política; Democracia; Governo e Eleitoral.

Como bem sabemos, a democracia é o governo do povo, e para o povo. O Brasil adota o sistema de democracia direta em regime representativo. Assinala-se que os problemas atinentes à gestão pública são complexos no cotidiano, sendo imperiosos conhecimentos específicos, econômicos, sociais, diplomáticos, que na maioria das vezes não estão ao alcance do cidadão comum. Segundo Salvetti Netto (p.92), a relação entre governantes e governados numa integração de absoluta igualdade política seria inteiramente utópico, teria sua inexequibilidade. Ou seja, a nação como entidade inorgânica só se pode fazer ouvir por seus representantes.

No Brasil, o sistema de governo adotado é o presidencialismo, e, o sistema eleitoral através do voto majoritário, no caso de eleições presidenciais e voto proporcional no caso de legenda para deputados, que favorece às coligações. Analisando a nossa jovem democracia, a partir da redemocratização em 1985 e pela promulgação da nova constituinte em 1988, que traz consigo artigos que auferem direitos sociais excessivos e permissivos. A constituição mais interventora entre todas as outras que já vigoraram em nosso país, totalmente distante da realidade do liberalismo econômico. Ao tornar o direito à propriedade privada violável pelo Estado quando este assim o desejar, abriu caminhos para um totalitarismo de conveniência e institucionalizou as invasões de terra pelos movimentos dos “sem terra” (MST), apoiados pelos governos de esquerda. Tal cenário fez com que agências internacionais classifiquem o Brasil como um país de risco para investidores, devido a ausência de garantias plenas para a propriedade. Curiosamente, a extinção do direito à propriedade era ponto chave da agenda comunista de João Goulart e que causou forte reação popular em 1964.

Depois de 1988, nosso país embarcou em projetos liberais da economia, sem grande expressão, por força da caótica situação econômica em que o país se encontrava após ter estatizado a economia durante o regime militar. Os governos de Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foram forçados a se alinhar com idéias do liberalismo econômico de abertura de mercado, redução do protecionismo, privatização e desregulamentação. O Brasil não se tornou uma economia de livre mercado. Em 2003, Luís Inácio “Lula” da Silva assume o governo com um programa de poder na contramão dos ajustes necessários para implementar o liberalismo econômico do país. Lula usa a máquina pública na promoção de um bem-estar econômico maquiado e insustentável, com o propósito de conquistar poder político. Tributos, regulamentações e novas empresas estatais foram criadas. A Receita Federal aumentou a arrecadação e limitou tentativas de driblar a carga fiscal. No ano 2000 o Estado brasileiro custava menos de R\$ 500 bilhões em tributos (valores correspondentes a 2015), passou a custar mais de R\$ 1,4 trilhão no final de 2015. Os governos de

esquerda aumentaram em três vezes a arrecadação de impostos nos primeiros quinze anos do século XXI, se mostrando financeiramente quebrado e incapaz de atender às demandas básicas da sociedade.

O sistema previdenciário nacional é pautado numa agenda socialista de controle estatal da economia e da sociedade. O Brasil em 2016 se enquadrava perfeitamente na definição de sistema de governo socialista, com economia centralmente forte, pesado controle sobre os mercados e os meios de produção. Um forte oligopólio formado por grandes empresários com apoio do poder público, resistiram se opondo diante de pleitos por mudanças, ignorando a vontade popular, necessárias ao bem estar comum.

Os crescentes escândalos de corrupção, os desdobramentos da operação Lava Jato, foram fatores para a desmoralização dos governos de esquerda, a prisão de elementos centrais do Partido dos Trabalhadores, presidente da Câmara dos Deputados Federais e do Planalto. Impulsionaram o impeachment de Dilma Rousseff pelo crime de “irresponsabilidade” fiscal e a prisão do ex-presidente Lula, se tornando o primeiro ex-presidente de uma nação preso por corrupção.

O objetivo de qualquer sistema de governo é garantir a estabilidade política. O modelo presidencialista brasileiro não é capaz de equilibrar essas forças justamente por concentrar muito poder no Executivo. As democracias avançadas de países desenvolvidos adotam até hoje, a separação das funções de chefe de Estado e chefe de governo. A concentração total de poder na nossa república gera muita instabilidade, dado que muitos presidentes brasileiros já atuaram como se dispusessem de poderes tirânicos. Desde a criação da nossa república somos obrigados a depor tiranos, de forma semelhante aos antigos gregos. O brasileiro paga um alto preço com a instabilidade política e desigualdade social desde então.

Sobre o sistema eleitoral brasileiro, após as eleições de 2014 e 2018, fica a percepção latente de fraude eleitoral. Nosso sistema eleitoral não é transparente e nem passível de auditoria. Corroído por corrupção e ineficiência. A falta de freios populares em todo o arranjo de poder, como o recall usado no sistema norte-americano, associado ao tamanho do Estado agigantado, resultou fatores como a forte polarização, uma dinâmica de jogo político binária entre quem está “dentro” versus quem está “fora”. Notadamente a esquerda defendendo um arranjo de mais poderes ao Estado, enquanto a direita propondo menos interferência estatal.

A grande causa direta dos esquemas de corrupção é oriunda do sistema eleitoral proporcional. Segundo Luís Phillipe de O. Bragança (p. 219), se torna demasiadamente caro eleger deputados federais, depois pulverizar a representação entre partidos. Nesse modelo, torna-se difícil se obter uma base para governar na Câmara Legislativa Federal. O poder Executivo acaba por cooptar deputados através de emendas parlamentares, convites para cargos em autarquias, estatais em ministérios. Sem falar no pagamento de propinas para que os parlamentares financiassem suas reeleições e entre outros conchavos. Isso gerou o que se convencionou chamar de “presidencialismo de coalizão”. Institucionalizou-se a corrupção do “toma lá, dá cá”, que gerou o “mensalão”. Há também o fundo partidário, totalmente imoral, porém legalizado.

Concluindo esta análise, a democracia brasileira só sobreviverá com uma maior coesão social a partir de um alinhamento mínimo com relação a valores e a ética, o accountability e responsividade. A sociedade está toda corrompida, é preciso por um fim a barganha do voto, desqualificando o “jeitinho brasileiro”. A transformação de consciência do eleitor em cidadão, com os direitos e deveres que isso implica. Citando Eduarda La Rocque (p.90), “somente quando o cidadão tomar para si o senso de propriedade sobre a “coisa” pública, que até muito pouco tempo atrás era “de ninguém”, é que poderá exercer o pleno direito à democracia”. Garantir a independência dos poderes em sua forma plena,

evitando retrocessos como a judicialização da política, impedindo que a Justiça justifique o crime e o institucionalize, alimentando a percepção de que vivemos numa autocracia.

BIBLIOGRAFIA

Política: nós também sabemos fazer / Clóvis de Barros Filho, Eduarda La Rocque. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

Porque o Brasil é um país atrasado? / Luiz Phillipe de Orleans e Bragança. Rio Preto, SP: Novo Conceito Editora, 2017.

Teoria do Estado e Ciência Política / Celso Ribeiro Bastos. – 6ª edição – São Paulo: Celso Bastos Editora, 2004.